



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

## **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº002/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº022/2026**

**PROCEDIMENTO: DISPENSA ELETRÔNICA Nº002/2026**

**TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ATENÇÃO À SAÚDE**

**OBJETO:** A contratação de pessoa jurídica e/ou pessoa física para prestação de serviços de limpeza semanal em um ponto de apoio destinado à realização de atendimento médico aos pacientes da comunidade de Salvador Gomes, no município de Jaguaracú-Minas Gerais, nos termos e condições estabelecidas nas especificações constantes no Termo de Referência.

### **DATA/HORÁRIO:**

**INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** 23/02/2026 - Horas 08:00

**TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** 26/02/2026 - Horas 08:00

**ABERTURA DA SESSÃO E ANÁLISE DE PROPOSTAS:** 27/02/2026 - Horas 08:05

**MODO DE DISPUTA:** FECHADO

**EXCLUSIVO PARA ME/EPP:** NÃO

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**LINK:** <https://www.licitanet.com.br/>

Jaguaracú, 20 de fevereiro de 2026.

Maria Aparecida Gonçalves  
Agente de Contratação



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

### AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº002/2026

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº022/2026**

**PROCEDIMENTO: DISPENSA ELETRÔNICA Nº002/2026**

**TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ATENÇÃO À SAÚDE**

O **MUNICÍPIO DE JAGUARACU-MINAS GERAIS**, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, por meio da sua Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 048, de 03 de novembro de 202, com sede na Rua do Rosário, nº114, Centro, Jaguaracú-MG, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, que realizará **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento do Tipo: Menor Preço Global, conforme descrito neste edital e seus anexos, nos termos do Artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº735, de 08 de novembro de 2021, e a Lei Complementar nº123/2006 e suas alterações.

#### **1 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1 - Constitui objeto do presente procedimento: A contratação de pessoa jurídica e/ou pessoa física para prestação de serviços de limpeza semanal em um ponto de apoio destinado à realização de atendimento médico aos pacientes da comunidade de Salvador Gomes, no município de Jaguaracú-Minas Gerais, nos termos e condições estabelecidas nas especificações constantes no Termo de Referência.

1.2 - O critério de julgamento e classificação da proposta será o de “**MENOR PREÇO GLOBAL**”, e o modo de disputa “**FECHADO**”, observadas as especificações técnicas definidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

#### **2 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1 - As despesas decorrentes deste termo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 02.07.02 - 10.301.0008.2054 - Manutenção das Unidades Básicas de Saúde - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Ficha 482 - Fonte: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos e 02.07.02 - 10.301.0008.2054 - Manutenção das Unidades Básicas de Saúde - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Ficha 483- Fonte: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

#### **3 - VALOR ESTIMADO**

3.1 - O valor estimado para contratação é de R\$10.560,00 (dez mil e quinhentos e sessenta reais).

#### **4 - PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA**

4.1 - A participação na presente dispensa ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, através do endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

4.1.1 - O procedimento será divulgado no Portal da LICITANET e no Portal do Município de Jaguaracú no site: <https://www.jaguaracu.mg.gov.br/>.

4.1.2 - A licitante é a responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.2 - Não poderão participar desta dispensa:

4.2.1 - As licitantes que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.2.2 - As licitantes estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.3 - As licitantes que se encontrem, ao tempo da contratação, impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública ou declaradas inidôneas, nos termos dos arts. 155, 156 e 160 da Lei Federal nº 14.133/2021;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

4.2.4 - As licitantes que se enquadrem nas seguintes vedações:

4.2.4.1 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.2.4.2 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obras, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.2.4.3 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.2.4.4 - A licitante que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato/empenho, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.2.4.5 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.2.4.6 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

4.4 - Aplica-se o disposto no item 4.2.4.3 também a licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

4.5 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.6 - Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.6.1 - Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.7 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa ou da execução do contrato/empenho agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.8 - Poderão participar do Aviso de Contratação Direta as pessoas naturais com capacidade civil que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

4.9 - A participação neste certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório, assim como no instrumento contratual.

## 5 - INGRESSO NA DISPENSA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

5.1 - O ingresso da licitante pessoa jurídica e/ou pessoa física na disputa da dispensa ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item na plataforma da LICITANET para acesso ao sistema e operacionalização.

5.2 - A licitante interessada pessoa jurídica e/ou pessoa física, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

5.2.1 - A proposta de preços inicial deverá ser informada no Sistema de Dispensa Eletrônica, utilizando números inteiros e 2 (duas) casas decimais depois da vírgula, de acordo com o ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACÚ

ESTADO DE MINAS GERAIS

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

5.2.2 - O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

5.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto do edital.

5.4.1 - A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.4.2 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de negociação (se for o caso), serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

5.6 - Independentemente do percentual do tributo que consta na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo a proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9 - No cadastramento da proposta inicial, a licitante deverá, também, assinalar “**Li e compreendo**” em campo próprio do Sistema de Dispensa Eletrônica, às seguintes declarações:

5.9.1 - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.9.2 - Está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

5.9.3 - Assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

5.9.4 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;

5.9.5 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

5.10 - A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.11 - A licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.12 - A licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## 6 - JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 - Encerrada o prazo de recebimento das propostas, será verificada pela Comissão de Contratação a



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.1.1 - Neste caso, será encaminhada contraproposta a licitante que tenha apresentado o “MENOR PREÇO GLOBAL”, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2 - Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todas as licitantes e registrado na ata do procedimento da dispensa, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3 - Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado da licitante classificada em primeiro lugar o envio da proposta adequada ao último valor ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos de habilitação, no prazo de 2 (duas) horas.

6.4 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.4.1 - Contiver vícios insanáveis;

6.4.2 - Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso de Contratação Direta ou em seus anexos;

6.4.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.4.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.4.5 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso de Contratação Direta ou seus anexos, desde que insanável.

6.5 - Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.6 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.7 - Se a proposta da vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 - Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 7 - HABILITAÇÃO

7.1 - Encerrada a fase de aceitação da proposta, a Comissão de Contratação solicitará os documentos para fins de habilitação deste Aviso de Contratação Direta, da licitante pessoa jurídica e/ou pessoa física mais bem classificada com a proposta de “MENOR PREÇO GLOBAL”, no prazo de 2 (duas) horas.

7.2 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta no seguinte cadastro:

7.2.1 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.3 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.4 - Caso a licitante provisoriamente classificada enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, a Comissão de Contratação obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

### **7.5 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**

7.5.1 - No caso de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.5.2 - Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

7.5.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.5.4 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.5.5 - No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.5.6 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.5.7 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **7.6 - REGULARIDADE FISCAL**

7.6.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) no Ministério da Fazenda.

7.6.2 - Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união, encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à dívida ativa da união administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Certidão Conjunta);

7.6.3 - Certidão negativa de débito tributário junto a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

7.6.4 - Certidão negativa de débito tributário junto a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

7.6.5 - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal.

### **7.7 - REGULARIDADE TRABALHISTA**

7.7.1 - Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho (CNDT) mediante apresentação de certidão expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com a Lei Federal 12.440/2011.

### **7.8 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

7.8.1 - Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (licitante), emitida em prazo não superior a 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação, porém não há óbice que a empresa em recuperação judicial participe do certame desde que comprove a capacidade econômica e financeira para execução do objeto.

### **17.9 - HABILITAÇÃO PESSOA FÍSICA**

17.9.1 - Documento oficial de identificação que contenha foto;

17.9.2 - Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), do Ministério da Fazenda;

17.9.3 - Comprovante de endereço.

### **17.10 - REGULARIDADE FISCAL**

17.10.1 - Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união, encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à dívida ativa da união administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Certidão Conjunta).

7.11 - A Comissão de Contratação, reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso do procedimento, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

7.12 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

7.13 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.14 - Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.15 - Na hipótese de a licitante não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.16 - Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos eles serão considerados válidos se emitidos em até 180 (cento e oitenta) dias, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ.

7.17 - Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.18 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação, a licitante será habilitada.

### 8 - CONTRATAÇÃO

8.1 - Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2 - A adjudicatária terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data de seu recebimento.

8.2.2 - O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração.

8.3 - O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à pessoa jurídica/física adjudicada, implica no reconhecimento de que:

8.3.1 - Referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133/21;

8.3.2 - A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

8.3.3 - A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4 - O prazo de vigência da contratação será a partir da data de assinatura do instrumento contratual, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério da administração pública, desde que mantidas as condições mais vantajosa da proposta para a administração, obedecendo o limite estabelecido no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, no valor de R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil e quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

### 9 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - Comete infração administrativa a licitante que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

9.1.1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho;

9.1.2 - Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3 - Dar causa à inexecução total do contrato/empenho;

9.1.4 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

- 9.1.5 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 9.1.6 - Não celebrar o contrato/empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.7 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 9.1.8 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato/empenho;
- 9.1.9 - Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/empenho;
- 9.1.10 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.1.10.1 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre as licitantes, em qualquer momento da dispensa.
- 9.1.11 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- 9.1.12 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2 - A licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 9.2.1 - Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 9.2.2 - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da licitante, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12;
- 9.2.3 - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 9.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 9.3 - A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).
- 9.4 - Todas as sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 9.5 - Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 9.6 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 9.7 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.8 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.8.1 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º);
- 9.8.2 - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.8.3 - As peculiaridades do caso concreto;
- 9.8.4 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.8.5 - Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 9.8.6 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.9 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos





## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.10 - A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato/empenho ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

9.11 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

9.12 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

9.13 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

### 10 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - No caso de todas as licitantes restarem desclassificadas ou inabilitadas (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.1.1 - Republicar o presente aviso com uma nova data;

10.1.2 - Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.1.2.1 - No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.1.3 - Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.2 - As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer licitantes interessadas (procedimento deserto).

10.3 - Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelas licitantes, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.4 - Caberá a licitante acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.5 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.6 - Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio das propostas observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema de Dispensa Eletrônica e na documentação relativa ao procedimento.

10.7 - No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.8 - As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.9 - As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAÇU**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

10.10 - Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.11 - Da sessão pública será divulgada em Ata no sistema eletrônico.

10.12 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento administrativo de dispensa, elegem as partes o Foro da cidade de Timóteo - Minas Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

10.13 - Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de referência;

Anexo II - Modelo da Proposta Comercial;

Anexo III - Minuta do Contrato.

Jaguaracú, 20 de fevereiro de 2026.

Maria Aparecida Gonçalves  
Agente de Contratação



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAÇU

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [saude@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:saude@jaguaracu.mg.gov.br)



### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 - INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência atende plenamente aos ditames da Lei Federal nº14.133/2021 e outras leis vigentes e pertinentes ao objeto a ser contratado.

#### 2 - REQUISITANTE

**2.1 - Órgão Interessado:** Prefeitura Municipal de Jaguaracú-MG

**2.2 - Área Interessada:** Secretaria Municipal de Atenção à Saúde

**2.3 - Endereço:** Rua Governador Valadares, nº491, Centro, Jaguaracú-MG

#### 3 - OBJETO

3.1- Constitui objeto do presente termo: A contratação de pessoa jurídica e/ou pessoa física para prestação de serviços de limpeza semanal em um ponto de apoio destinado à realização de atendimento médico aos pacientes da comunidade de Salvador Gomes, no município de Jaguaracú-Minas Gerais.

#### 4 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação se faz necessária para dar continuidade ao trabalho que já vem sendo realizado, para melhor atendimento dos pacientes que buscam os serviços de saúde na Comunidade de Salvador Gomes. Considerando o crescimento demográfico contínuo da localidade, observa-se um aumento significativo na demanda por serviços de saúde, o que torna indispensável a manutenção de um ponto de apoio destinado à realização de atendimentos médicos, assegurando condições adequadas de funcionamento, segurança e salubridade para pacientes e profissionais de saúde.

A adequada higienização do ambiente constitui requisito essencial para a prestação dos serviços de saúde, sendo a limpeza semanal fator indispensável para garantir a biossegurança, a organização e o conforto do espaço utilizado para os atendimentos médicos. A inexistência ou a interrupção desse serviço comprometeria diretamente a qualidade do atendimento prestado à população, contrariando o interesse público e as normas sanitárias aplicáveis.

#### 5 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade, a eficiência e a qualidade dos atendimentos médicos realizados no local, garantindo condições adequadas de higiene, organização e salubridade para pacientes e profissionais de saúde.

Considerando que os atendimentos médicos ocorrem em regime semanal, a contratação apresenta-se como a solução mais adequada sob os aspectos da economicidade, proporcionalidade e eficiência administrativa, evitando a manutenção de estrutura permanente ociosa nos demais dias. Trata-se de atividade de apoio indispensável e indissociável da prestação dos serviços de saúde, uma vez que a manutenção das condições higiênico-sanitárias do ambiente é essencial para a proteção da saúde dos usuários e dos profissionais envolvidos.

Ressalta-se, ainda, que o ajuste configura prestação de serviço de natureza eventual, a ser realizada uma vez por semana, toda segunda-feira, passível de execução por prestador



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAÇU

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [saude@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:saude@jaguaracu.mg.gov.br)



autônomo ou pessoa jurídica, sem configuração de vínculo empregatício, observadas as disposições legais aplicáveis, atendendo plenamente ao interesse público do município de Jaguaracú-Minas Gerais.

A contratação será realizada por meio de procedimento administrativo de dispensa, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de procedimento adequado em razão da natureza e do valor da contratação, configurando a alternativa mais célere, transparente e econômica e eficiente para a administração pública, sem prejuízo da observância dos princípios da legalidade, isonomia, publicidade e eficiência.

### **6 - FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

6.1 -A licitante será selecionada por meio da realização de Procedimento Administrativo de Dispensa, com adoção do critério de julgamento e classificação da proposta de “MENOR PREÇO GLOBAL” e o modo de disputa “FECHADO”, observadas as especificações técnicas definidas no edital.

### **7 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1 - As despesas decorrentes deste termo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 02.07.02 - 10.301.0008.2054 - Manutenção das Unidades Básicas de Saúde - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Ficha 482 - Fonte: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos e 02.07.02 - 10.301.0008.2054 - Manutenção das Unidades Básicas de Saúde - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Ficha 483- Fonte: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

### **8 - VIGÊNCIA DO CONTRATO**

8.1 - O instrumento contratual derivado do Procedimento Administrativo de Dispensa definidos neste Termo de Referência terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da administração pública, desde que mantidas as condições mais vantajosa da proposta para a administração, obedecendo o limite estabelecido no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº14.133/2021, no valor de R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil e quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

### **9 - ENTREGA**

9.1 - A prestação de serviços de limpeza semanal deverá ser realizada, uma vez por semana, toda segunda-feira, a partir do recebimento da NAF-Nota de Autorização de Fornecimento emitida pela Coordenadoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Jaguaracú, nas condições estipuladas neste termo.

### **10 - ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS**

10.1 - A Contratada deverá garantir a qualidade da prestação de serviços, devendo ser estritamente observado os prazos estabelecidos no ajuste contratual, devendo ainda, quando solicitada, substituir prontamente os serviços que porventura não esteja atendendo aos requisitos da proposta de preços, sob pena das sanções cabíveis.

10.2 - A prestação de serviços será aceita após a constatação pelo servidor da municipalidade, da conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAÇU

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [saude@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:saude@jaguaracu.mg.gov.br)



### 11 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

11.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2 - O gestor do contrato será o Secretário Municipal de Atenção à Saúde, auxiliado por servidor devidamente nomeado pela Administração para realizar a fiscalização, o qual deverá registrar a entrega dos serviços, conferindo as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados para fins de autorizar o pagamento.

### 12 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

12.1 - O Município obriga-se a:

12.1.1 - Emissão da NAF - Nota de Autorização de Fornecimento e a nota de empenho a favor da Contratada;

12.1.2 - Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no instrumento contratual;

12.1.3 - Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a entrega da prestação de serviços de limpeza semanal, seja executada na forma estabelecida no Termo de Referência e NAF-Nota de Autorização de Fornecimento;

12.1.4 - Notificar, por escrito, a Contratada quaisquer irregularidades encontradas na prestação de serviços de limpeza semanal objeto deste termo;

12.1.5 - Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento da prestação de serviços de limpeza semanal, uma vez por semana, referente os serviços objeto deste termo;

12.1.6 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

12.1.7 - Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais;

12.1.8- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar a entrega efetiva da prestação de serviços de limpeza semanal objeto deste termo.

### 13 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 - A licitante classificada obriga-se a:

13.1.1 - Responsabilizar-se pela prestação de serviços de limpeza semanal, uma vez por semana, toda segunda-feira, no prazo determinado, dentro das especificações contidas neste Termo de Referência em obediência às normas fiscalizadoras;

13.1.2 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco na especificação de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste termo;

13.1.3 - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo Contratante na execução do contrato, atendendo, com diligência, às determinações da Unidade Fiscalizadora, voltadas à regularização de faltas e correções verificadas;

13.1.4 - Notificar o Contratante, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho das atividades na entrega da prestação de serviços de limpeza semanal;





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAÇU**

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [saude@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:saude@jaguaracu.mg.gov.br)



13.1.5 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;

13.1.6 - Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo durante a prestação de serviços, de acordo com os princípios gerais de responsabilidade;

13.1.7 - Garantir absoluta eficiência na execução da prestação dos serviços e nos prazos previstos;

13.1.8 - Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas no processo.

### **14 - PAGAMENTO**

14.1 - O pagamento será efetuado pelo Contratante até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após liquidação da entrega da prestação de serviços através de boleto bancário e mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura se pessoa jurídica e recibo se pessoa física através de transferência bancária, devidamente atestada pelo responsável da Secretaria Municipal de Atenção à Saúde.

14.2 - A nota fiscal/recibo somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

14.3 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

14.4 - A nota fiscal/recibo deverá ser emitida em moeda corrente do País, em 01 (um) via.

14.5 - O CNPJ/CPF da Contratada constante da nota fiscal e fatura/recibo deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento administrativo de dispensa.

14.6 - Não será efetuado pagamento a Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

14.7 - É vedado ao fornecedor transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do fornecimento e serviços a serem prestados.

### **15 - DAS SANÇÕES E DA RESCISÃO**

15.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a Contratada, às penalidades previstas no artigo 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2- A rescisão contratual ocorrerá nos termos previstos no artigo 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **16 - SELEÇÃO DA LICITANTE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS**

16.1 - A proposta da licitante vencedora será selecionada pelo critério de “MENOR PREÇO GLOBAL”, para melhor atender o interesse público com a proposição de preço mais vantajosa para o município, nos termos do Artigo 75, Inciso II e §3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **17 - HABILITAÇÃO**

17.1- Para habilitação da licitante pessoa jurídica de “MENOR PREÇO GLOBAL” será realizado primeiramente Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACÚ**

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [saude@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:saude@jaguaracu.mg.gov.br)



17.1.1 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

### **17.1.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**

17.1.2.1 - No caso de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

17.1.2.2 - Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

17.1.2.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

17.1.2.4 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

17.1.2.5 - No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

17.1.2.6 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

17.1.2.7 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **17.1.3 - REGULARIDADE FISCAL**

17.1.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

17.1.3.2 - Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união, encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à dívida ativa da união administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Certidão Conjunta);

17.1.3.3 - Certidão negativa de débito tributário junto a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

17.1.3.4 - Certidão negativa de débito tributário junto a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

17.1.3.5 - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal.

### **17.1.4 - REGULARIDADE TRABALHISTA**

17.1.4.1 - Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho (CNDT) mediante apresentação de certidão expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com a Lei Federal 12.440/2011.

### **17.1.5 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

17.1.5.1 - Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (licitante), emitida em prazo não superior a 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação, porém não há óbice que a empresa em recuperação judicial participe do certame desde que comprove a capacidade econômica e financeira para execução do objeto.

17.2 - Para habilitação da licitante pessoa física, serão exigidos os documentos descritos a seguir:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAÇU

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [saude@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:saude@jaguaracu.mg.gov.br)



### 17.2.1 - HABILITAÇÃO PESSOA FÍSICA

17.2.1.1 - Documento oficial de identificação que contenha foto;

17.2.1.2 - Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), do Ministério da Fazenda;

17.2.1.3 - Comprovante de endereço.

### 17.2.2 - REGULARIDADE FISCAL

17.2.2.1 - Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união, encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à dívida ativa da união administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Certidão Conjunta).

## 18 - DEMAIS DESPESAS

18.1 - Todas as demais despesas, diretas ou indiretas, taxas e impostos ou quaisquer outras que porventura incidam sobre o objeto da dispensa, correrão por conta da Contratada, sem direito a qualquer tipo de ressarcimento por parte do Município.

## 19 - TERMO DE CONTRATO

19.1 - A contratação será formalizada por instrumento contratual, e concretizada mediante a emissão da NAF-Nota de Autorização de Fornecimento, elaborada de acordo com as regras deste Termo.

## 20 - RESPONSÁVEL NO ÓRGÃO PELO ENCAMINHAMENTO DE EVENTUAL IMPUGNAÇÃO OU ESCLARECIMENTO

Prefeitura Municipal de Jaguaracu-MG

Setor de Licitações e Contratos

Responsável: Maria Aparecida Gonçalves - Agente de Contratação

Endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>

## 21 - GESTOR DO CONTRATO

GESTOR: Nome: Gelcimar Galdino Inácio

Cargo: Secretaria Municipal de Atenção à Saúde

Endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>

## 22 - OUTRAS CONDIÇÕES

22.1 - Todos os relatórios produzidos serão levados ao conjunto de dados e informações para abertura do processo para prestação de serviços de limpeza semanal de um ponto de apoio para a realização do atendimento aos pacientes a serem atendidos pelos serviços médicos na comunidade de Salvador Gomes, no município de Jaguaracu-Minas Gerais.

## 23 - COTAÇÃO DE PREÇOS

23.1 - A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento apresentou pesquisa de preços realizada por meio eletrônico, conforme consulta em site oficial do Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril", inscrito no Cadastro de Pessoa Jurídica sob o nº 08.996.378/0001-07, com sede na Rua Dr. José Alves, nº 403, Centro, na cidade de Mogi Mirim - São Paulo, CEP: 13.800-050, no valor de R\$880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensal, sendo durante 12 (meses) a importância de R\$ 10.560,00 (dez mil e quinhentos e



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAÇU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [saude@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:saude@jaguaracu.mg.gov.br)

sessenta reais), conforme informações disponíveis em:  
[https://con8.eportal.net.br/porta1\\_licitacoes\\_externo\\_irrestrito/#/contratos/detalhes/contrato?id=10007399](https://con8.eportal.net.br/porta1_licitacoes_externo_irrestrito/#/contratos/detalhes/contrato?id=10007399), com acesso em 09/02/2026.

RESPONSÁVEL:

NOME: GELCIMAR GALDINO INÁCIO

CARGO: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ATENÇÃO À SAÚDE



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

### ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº022/2025**

**PROCEDIMENTO: DISPENSA Nº002/2026**

À

Prefeitura Municipal de Jaguaracú

A/C: Sra. Agente de Contratação

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, ou a licitante senhor (a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº \_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, interessada na participação no Procedimento Administrativo de Dispensa, propõe a esse Município o objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições: Prestar serviços de limpeza semanal em um ponto de apoio destinado à realização de atendimento médico aos pacientes da comunidade de Salvador Gomes, no município de Jaguaracú-Minas Gerais, nos termos das condições e especificações constantes no Termo de Referência.

**OBSERVAÇÃO: O SERVIÇO SERÁ PRESTADO UMA VEZ POR SEMANA, TODA SEGUNDA-FEIRA.**

- VALOR MENSAL: R\$.\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

- VALOR DURANTE 12 (DOZE) MESES: R\$.\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

**A licitante deverá fornecer dados bancários para realização dos pagamentos através de boleto bancário ou dados do banco.**

- NOME DO BANCO \_\_\_\_\_ AGÊNCIA Nº \_\_\_\_\_ CONTA CORRENTE Nº \_\_\_\_\_.

Declaramos que estamos de acordo com os termos do Aviso de Contratação Direta e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, impostos, obrigações, entre outros.

(Nome do município), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome do Representante legal do proponente

Assinatura - Carimbo do CNPJ/CPF





## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

### ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

#### TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JAGUARACU E A EMPRESA OU SENHOR(A).....

**O MUNICÍPIO DE JAGUARACU - MINAS GERAIS**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua do Rosário, nº114, Centro, Jaguaracú - Minas Gerais, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 16.816.522/0001-04, representado pelo seu Prefeito Municipal senhor Márcio Lima de Paula, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº038.460.956-21, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado a empresa\_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr.(a)\_\_\_\_\_, brasileiro(a), casado(a), documento de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoa Física sob o nº\_\_\_\_\_, ou e do outro lado a licitante\_\_\_\_\_, inscrito(a) no Cadastro de Pessoa Física sob o nº\_\_\_\_\_, residente\_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, em conformidade com o Processo Administrativo nº022/2026, sob o Procedimento de Dispensa Eletrônica nº002/2026, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes.

#### Da Gestão do Contrato

Este contrato será gerido pela Secretária Municipal de Atenção à Saúde, através do senhor Gelcimar Galdino Inácio.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DA BASE LEGAL

1.1 - A presente contratação é celebrada conforme Processo Administrativo nº022/2026, sob o Procedimento de Dispensa Eletrônica nº002/2026, nos termos do inciso II, do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto deste instrumento: A contratação de pessoa jurídica e/ou pessoa física para prestação de serviços de limpeza semanal em um ponto de apoio destinado à realização de atendimento médico aos pacientes da comunidade de Salvador Gomes, no município de Jaguaracú-Minas Gerais, nos termos das condições e especificações constantes no Termo de Referência.

2.1.1 - Profissional de caráter autônomo, pessoa física, sem qualquer vínculo empregatício estabelecido pelas Normas do Código Civil Brasileiro de 2002.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

##### 3.1 - DO CONTRATANTE

3.1.1 - Emissão da NAF - Nota de Autorização de Fornecimento e a nota de empenho a favor da Contratada;

3.1.2 - Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no instrumento contratual;

3.1.3 - Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a entrega da prestação de serviços de limpeza semanal, seja executada na forma estabelecida no Termo de Referência e NAF-Nota de Autorização de Fornecimento;

3.1.4 - Notificar, por escrito, a Contratada quaisquer irregularidades encontradas na prestação de serviços de limpeza semanal objeto deste instrumento;

3.1.5 - Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento da prestação de serviços de limpeza semanal, uma vez por semana, referente os serviços objeto deste instrumento;

3.1.6 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

3.1.7 - Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais;

3.1.8- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar a entrega efetiva da prestação de serviços de limpeza semanal objeto deste instrumento.

##### 3.2 - DA CONTRATADA

3.2.1 - Responsabilizar-se pela prestação de serviços de limpeza semanal, uma vez por semana, toda segunda-feira, no prazo determinado, dentro das especificações contidas neste Termo de Referência em obediência às normas fiscalizadoras;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

3.2.2 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco na especificação de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste instrumento;

3.2.3 - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo Contratante na execução do contrato, atendendo, com diligência, às determinações da Unidade Fiscalizadora, voltadas à regularização de faltas e correções verificadas;

3.2.4 - Notificar o Contratante, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embarçar o perfeito desempenho das atividades na entrega da prestação de serviços de limpeza semanal;

3.2.5 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;

3.2.6 - Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo durante a prestação de serviços, de acordo com os princípios gerais de responsabilidade;

3.2.7 - Garantir absoluta eficiência na execução da prestação dos serviços e nos prazos previstos;

3.2.8 - Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas no processo.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR**

4.1 - O valor do presente instrumento é de R\$...... (.....), sendo o valor mensal de R\$...... (.....).

### **CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

5.1 - O pagamento será efetuado da seguinte forma:

5.1.1 - O pagamento será efetuado pelo Contratante até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após liquidação da entrega da prestação de serviços através de boleto bancário e mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura se pessoa jurídica e recibo se pessoa física através de transferência bancária, devidamente atestada pelo responsável da Secretaria Municipal de Atenção à Saúde.

5.1.2 - A nota fiscal/recibo somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

5.1.3 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

5.1.4 - A nota fiscal/recibo deverá ser emitida em moeda corrente do País, em 01 (um) via.

5.1.5 - O CNPJ/CPF da Contratada constante da nota fiscal e fatura/recibo deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento administrativo de dispensa.

5.1.6 - Não será efetuado pagamento a Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.1.7 - É vedado ao fornecedor transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do fornecimento e serviços a serem prestados.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 - As despesas decorrentes deste termo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 02.07.02 - 10.301.0008.2054 - Manutenção das Unidades Básicas de Saúde - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Ficha 482 - Fonte: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos e 02.07.02 - 10.301.0008.2054 - Manutenção das Unidades Básicas de Saúde - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Ficha 483- Fonte: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO**

7.1 - O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da administração pública, desde que mantidas as condições mais vantajosa da proposta para a administração, obedecendo o limite estabelecido no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº14.133/2021, no valor de R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil e quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

### **CLÁUSULA OITAVA - DA ENTREGA**

8.1 - A prestação de serviços de limpeza semanal, uma vez por semana, toda segunda-feira, deverá ser realizada, a partir do recebimento da NAF-Nota de Autorização de Fornecimento emitida pela



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

Coordenadoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Jaguaracú, nas condições estipuladas neste instrumento.

### **CLÁUSULA NONA - DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS**

9.2 - A Contratada deverá garantir a qualidade da prestação de serviços, devendo ser estritamente observado os prazos estabelecidos no ajuste contratual, devendo ainda, quando solicitada, substituir prontamente os serviços que porventura não esteja atendendo aos requisitos da proposta de preços, sob pena das sanções cabíveis.

9.2 - A prestação de serviços será aceita após a constatação pelo servidor da municipalidade, da conformidade com as especificações constantes neste instrumento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO**

10.1- A rescisão contratual poderá ser:

10.1.1- Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a IX do art. 137 da Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021;

10.1.2- A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na cláusula décima primeira;

10.1.3- Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 137 da Lei Federal nº14.133/2021;

10.1.4- Em caso de rescisão prevista nos incisos V a VII do art. 137 da Lei Federal nº14.133/2021 sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido;

10.1.5- A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 138 acarretará as consequências previstas no art. 139, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES**

11.1 - A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações contidas nos incisos I a XII do artigo 155, da Lei Federal nº14.133/2021.

11.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas nos incisos I a IV, §1º incisos de I a V, §2,§3º,§4º, §5º,§6º,§7º,§8º e §9º do artigo 156 da Lei Federal nº14.133/21.

11.3 - O dispositivo contido no § 3º à sanção prevista no inciso II do artigo 156 será calculado na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 desta Lei.

11.4 - Estabelece o § 4º a sanção prevista no inciso III do caput do artigo 156 a aplicação ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.5 - § 5º A sanção prevista no inciso IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 - A administração do contrato, a coordenação e a fiscalização do fornecimento ficarão a cargo do gestor deste instrumento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1 - A parte que infringir os termos do presente Contrato, responderá por perdas e danos consoantes com o que for apurado, podendo ensejar até mesmo a sua imediata rescisão.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

13.2 - Obrigam-se as partes, por si e sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou contratado, elegendo-se o foro da Comarca de Timóteo, com exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

13.3 - Para os efeitos de direito valem para este Contrato a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas legais que lhe sejam aplicáveis, a proposta de preços apresentada, aplicando-se para os casos omissos, os princípios gerais de Direito.

E por estarem, assim, justas e contratadas, lavrou-se o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor forma, o qual, depois de lido e achado conforme, assinam as partes contratadas e testemunhas para que surtam os jurídicos e legais efeitos.

Jaguaracu, de        de 2026.

Márcio Lima de Paula  
Prefeito Municipal

Contratada

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_ Ass: \_\_\_\_\_  
CPF nº \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Ass: \_\_\_\_\_  
CPF nº \_\_\_\_\_